

Sociedade, Estado e Políticas Públicas na Civilização do Capital: um olhar sobre o presente



*Alba Maria Pinho de Carvalho**

Após mais de duas décadas de mundialização do capital, as desigualdades e polarizações marcam o cenário contemporâneo. Neste início do século XXI, somos confrontados com questões da modernidade para as quais as respostas modernas são absolutamente insuficientes, como a questão da equidade, da justiça e da igualdade. Assim, esta temática “Sociedade, Estado e Políticas Públicas” remete-nos a desafios analíticos do tempo presente. Exige pensar o momento que vivemos na civilização do capital, demarcando novas formas de domínio e novas expressões de resistência e luta. Faz-se necessário e, mesmo, imprescindível, desvendar o atual contexto de crises e as mudanças em curso. Coloca em pauta a análise das potencialidades e limites da Democracia. Impõe discutir a questão social em suas manifestações peculiares no presente, sobretudo, as vulnerabilizações, desmontes e tensões que atingem o mundo do trabalho. Implica configurar o *neointervencionismo do Estado* na contemporaneidade, delineando as expressões históricas do que vem sendo proclamado como “regresso do Estado” no ocidente. Exige avaliar a novidade que a América Latina coloca para o mundo com a chamada “virada à esquerda”, com a perspectiva de refundação pluricultural e multisocietal de

* Professora UFC. Pós-doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra CES/UA, Portuga, bolsista Capes. 6 de Fevereiro de 2009.



Estados multinacionais comunitários. Implica compreender como e em que nível a pressão política dos movimentos sociais, em suas lutas, interpelam o Estado. Impõe, como exigência histórica, analisar as potencialidades do público e das Políticas Públicas para enfrentamento das desigualdades no âmbito desta civilização do capital.

Em verdade, é essa uma agenda contemporânea de debates a ser coletivamente trabalhada, inclusive neste X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Nessa perspectiva, para esta minha fala, neste painel temático, delineei um recorte que compreende um triplo enfoque: *um olhar panorâmico sobre o cenário da civilização do capital no nosso tempo histórico; configurações do Estado na contemporaneidade; delineamentos das políticas públicas no contexto do presente*. No limite do tempo disponível, faço pontuações no âmbito dos três enfoques, tentando circunscrever uma leitura do presente, salientando fenômenos, tendências e questões que apontam vias de reflexão e debate. Parafraseando Boaventura de Sousa Santos (2008), o meu esforço é no sentido de apontar “questões fortes”, sem a pretensão de ter “respostas fortes” que só são construídas no trabalho investigativo coletivo e no processo de discussão sempre em aberto! Senão vejamos!

1. Um olhar panorâmico sobre a Civilização do Capital no nosso tempo histórico

Vivemos, hoje, um momento de expansão do capital que parece não ter limites e controles, a acirrar contradições, antagonismos e desigualdades. Sob a égide das forças cibernético-informacionais, no cenário da *sociedade do espetáculo*, o capital promove transformações no seu padrão de acumulação e nas suas formas de valorização, nos marcos da *mundialização com dominância financeira*. A mistificação do dinheiro e da mercadoria afirma-se como marca do nosso tempo. A acumulação rentista, nos processos de *financeirização da economia*, é levada à sua forma extrema, gestando, nesta primeira década do século XXI, uma crise econômico-financeira mundial que atinge a



humanidade, comprometendo as condições de vida e de trabalho de parte considerável da população em todo o mundo, afetando, de forma drástica, os mercados de trabalho, no rastro de forte desaceleração econômica. A rigor, essa crise global é um agravante da vulnerabilidade e precarização do mundo do trabalho, permeado por desmontes, flexibilizações, tensões, neste momento contemporâneo do capitalismo. No contexto da tecnociência, submetida à lógica ilimitada do sistema do capital, acirra-se a substituição do trabalho de homens e mulheres pelo trabalho objetivado nas máquinas, implicando no desemprego estrutural, na exploração intensiva do trabalho, em meio a processos de precarização, de universalização da lei do valor e de acumulação por despossessão dos recursos naturais dos povos do terceiro mundo. Eis a expressão contemporânea da contradição central do sistema do capital! Assim, a marca por excelência da civilização do capital, no final do século XX / início do século XXI, é a emergência de um crescente contingente de trabalhadores supérfluos que, sem condições de vender a sua força de trabalho, enveredam pela economia marginal, trilhando os perigosos caminhos da imigração considerada ilegal. É o que Zigmunt Bauman define como *produção do refugio humano*: seres refugados como produto inevitável da nossa sociedade. Nessa civilização mundializada do capital vivencia-se novas formas de domínio: são *formas de dominação cada vez mais abstratas, impessoais, perversamente sutis, mas objetivamente generalizantes a difundir-se na civilização do capital. É um padrão de dominação abstrata que envolve toda a sociedade. Em verdade, é um metabolismo social, regido pela lógica da mercantilização sem limites, que faz sentir seu peso, seu poder, seu domínio como uma força estrutural que se apresenta como alheia aos indivíduos. Este padrão de dominação social abstrata e sutil do sistema do capital, articula-se, nos tempos contemporâneos, com as formas de opressão, de discriminação e de exclusão, no âmbito do racismo, do sexismo, da religião a encarnar um neo-colonialismo. É a híbrida ção das novas formas do domínio do capital com as formas da opressão do colonialismo, a impor modos de vida, formas de sociabilidade.* Em verdade, o *fardo do nosso tempo histórico* — aqui, resgatando a bela metáfora de István Mészáros — bem revela-se nas inseguranças, instabilidades, crises, desproteção social, violências que marcam o cenário contemporâneo nesta

civilização do capital. A tendência destrutiva do capital acentua-se e agrava-se no âmbito dos processos de mundialização de cunho neoliberal, não poupando nada nem ninguém. Acirra desigualdades, produz a destruição das pessoas, submetendo-as à tirania do tempo do capital que ignora as necessidades humanas. Compromete a vida, a cultura, o bem-estar. No seu padrão pedratório de expansão, investe contra a natureza, gestando uma crise climática mundial com manifestações realmente brutais. Institui a *cultura do descartável* como um modo de ser do nosso tempo.

Este fardo histórico de inseguranças e instabilidades atinge, de modo peculiar, as juventudes em todo o mundo. Na Europa, juventudes a constituir uma nova geração de excluídos, filhos de classe média e de trabalhadores precarizados, com sérias dificuldades de integração à sociedade: taxas elevadíssimas de desemprego jovem; excesso de qualificação para exercício de trabalhos precários; reformas educacionais emperradas. São juventudes marcadas pelo pessimismo, pela falta de confiança no sistema político, com uma grande insatisfação a explodir em revoltas juvenis bem contemporâneas, caracterizadas pela espontaneidade e articulação via circuitos virtuais e telemóveis. Especificamente, no Brasil, é gritante o drama das juventudes, com os elevados índices de “mortalidade juvenil” que dizima jovens pobres, sobretudo negros, que perambulam nas diversas *periferias da vida*.

Nesse contexto de expansão ilimitada e destrutiva do capital que gesta uma ordem mais injusta, mais instável e mais violenta, nos marcos da chamada “globalização neoliberal, emergem movimentos de resistência e lutas, constituem-se experiências emancipatórias, com diferentes formatos e perfis que assumem a construção de *um outro mundo possível*, gestando alternativas. É a tessitura de uma *outra globalização, globalização alternativa a partir de baixo, globalização contra-hegemônica*.

No final da década de 90/anos 2000, a América Latina desponta, então, como referência na luta emancipatória, com a emergência de um amplo e pujante movimento social em novas bases sociais e organizativas. Irrompe



um vigoroso movimento indígena e camponês e diversos movimentos urbanos populares, desenvolvendo lutas que se constituem marcos históricos nesta onda emancipatória que se espalha pelo continente latino-americano. Nos anos 2000, a América Latina surpreendeu o mundo com seus movimentos sociais populares radicais no Equador, na Bolívia, na Argentina, na Venezuela, no México, no Brasil, ao contestar o modelo de ajuste neoliberal que até, então, reinava absoluto, gestando a sua “virada à esquerda”, com a eleição de governos progressistas a formar um bloco heterogêneo, incluindo governos de esquerda. Em verdade, a América Latina vive uma nova época, adentrando numa fase histórica de polarização entre a ofensiva do capital e a radicalização das forças progressistas, com destaque para o movimento indígena. É a construção de uma contra-hegemonia, instaurando uma disputa hegemônica, configurada, com mais nitidez, na Bolívia, no Equador, na Venezuela. A rigor, a América Latina vive uma nova etapa de luta emancipatória: da resistência ao modelo neoliberal da década de 90 à fase de construção de alternativas e da disputa por uma nova hegemonia. E a encarnação da tese de Boaventura de Sousa Santos de que a *reinvenção da emancipação passa, fundamentalmente, pelo Sul!*

Nesta primeira década do século XXI, o capitalismo põe à mostra os seus limites. A crise financeira mundial de 2008 expõe as contradições do sistema mundializado do capital, impondo-nos uma questão-chave: *o que essa crise mundial significa no âmbito do sistema do capital em tempos contemporâneos?* Em verdade, esta crise global é uma manifestação da *crise estrutural do capital* que, segundo István Mészáros, experimentamos há mais de três décadas. E, nos circuitos da mundialização, esta crise econômica-financeira global - *que irrompe no Império* - é a crise do neoliberalismo, implicando em mudanças e redefinições. Analistas falam de “*Economia Pós-Neoliberal?*”, de *Nova Globalização Pós-Neoliberal*. O desafio é delinear saídas para esta crise do capital, no sentido de superar as políticas falidas do neoliberalismo. O Fórum Social Mundial de Belém confrontou-se com este desafio de buscar alternativas. Em verdade, a superação do neoliberalismo e suas políticas, fundadas na mercantilização e

expropriação de direitos, coloca em pauta a *discussão do Estado*, a exigir o seu desvendamento na civilização do capital em nossos dias, adentrando na questão da sua refundação, no âmbito dos processos de transformação na América Latina. Nessa perspectiva, aqui, circunscrevo algumas pistas analíticas...

2. Configurações do Estado na contemporaneidade

Ao longo dos últimos 25/30 anos, o Estado redefine-se, assumindo configurações contemporâneas. De fato, para além das prescrições neo-liberais de *saída do Estado*, *Estado Mínimo*, *ineficiência estatal* e *da falsa disjunção Estado/Mercado*, *o Estado Contemporâneo intervém, de forma decisiva, na reprodução do sistema do capital*. É um *neointervencionismo Estatal*, coadunante com a dinâmica de expansão da mundialização do capital. Assim, constitui-se um *Estado Ajustador: ajusta e ajusta-se ao padrão de acumulação e formas de valorização do capital*. É preciso considerar que este *Estado Ajustador* emerge e institui-se no contexto da Democracia, que, na contemporaneidade, afirma-se como sistema de governo hegemônico. É a democratização dos sistemas políticos convivendo com processos que Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina de *dos-democratização das sociedades*, com o aumento das desigualdades sociais, da violência, da desproteção social e da insegurança pública.

Assim, esse *Estado Ajustador*, em sua vinculação orgânica aos interesses do capital financeiro, assume diferentes configurações históricas. O pesquisador alemão Joachim Hirsch (2003), - ao tomar como referência os considerados Estados Centrais - conceitua-os como *Estados Nacionais de Concorrência*: Estados que perseguem uma *política do lugar ótimo*, concorrendo entre si para oferecer as melhores condições de segurança, rentabilidade, investimento, comércio e negócio ao capital internacional. São Estados que transformam suas estruturas e o eixo de suas políticas a serviço da valorização do grande capital transnacional.

Especificamente, na Europa, estes *Estados Ajustadores de Concorrência*,

funcionais à expansão capitalista, ao desmontarem, progressivamente, o modelo social europeu, fragilizam suas formas de regulação frente à Questão Social que se agrava e se complexifica. Assim, manifesta-se a indiferença do Estado face à população, atingida pelas reconfigurações da pobreza – sobremodo pela via da precarização do mundo do trabalho – destituída de direitos, sem a cobertura da rede de proteção social. Boaventura de Sousa Santos (2008) avalia que, com esta destruição do modelo social – a transformar o trabalhador em mero fator de produção e o imigrante em criminoso ou cidadão de fachada – está a assolar a Europa, nas próximas décadas, um “*terremoto de longa duração*”, uma convulsão social e política, com novas formas de protesto social, muitas delas desconhecidas no século XX.

Tomando, especificamente, o Estado Ajustador na América Latina, o pesquisador mexicano Lucio Oliver Costilla define-o como *Estado Gerencial a serviço da valorização do capital financeiro*, a indicar que os Estados Latino-americanos, por se movimentarem em uma economia fragmentada, não conseguem tirar a devida contrapartida desse privilegiamento da rentabilidade do capital financeiro, convertendo-se em meros gerenciadores, vivenciando, então, situações de crise pela sua incapacidade de atender demandas nacionais.

Para adentrar neste padrão de Estado latino-americano contemporâneo, uma chave-analítica é considerar que, ao longo dos 25/30 anos, nos processos de democratização e no ciclo de ajuste à nova ordem do capital, os Estados da América Latina constituíram-se na confluência contraditória de duas configurações estatais:

- O *Estado Democrático*, ampliado pela via da política, a privilegiar a dimensão do público, encarnando a perspectiva da ampliação dos direitos.
- *Estado Ajustador*, regido pela lógica da mercantilização, a destituir a política, ajustando-se aos ditâmes da ordem do capital.

É fundamental identificar, no decorrer do tempo presente, a configuração estatal dominante no interior dessa confluência contraditória, no

esforço de demarcar mudanças e tendências emergentes no horizonte político.

Nas décadas 80/90 do século XX e limiar do século XXI, afirma-se, no continente latino-americano, o domínio do *Estado Ajustado*, em meio às tensões da cultura político-democrática. Com efeito, é o *Estado Ajustador no contexto da democratização*. Nos anos 2000, nos circuitos da contra-hegemonia na América Latina, afirma-se, em determinados países, particularmente, Bolívia e Equador, a dominância do Estado Democrático, estando em curso processos de *refundação do Estado* que apontam para formas amplas e profundas de Democracia popular participativa, capazes de viabilizar projetos comunitaristas de emancipação social, política, econômica, cultural, étnica, de gênero, ecológica, críticos do desenvolvimentismo ocidental fundados na força de poderosos movimentos indígenas de base, a colocar em xeque as elites dominantes e os poderes e instituições que as sustentam. De fato, Bolívia e Equador, a partir da crítica política do Estado e com a ajuda de novas constituições comunitaristas, estão inventando outro tipo de Estado, um modelo com um marco político diferente, com nova institucionalidade e outra territorialidade. A afirmação da plurinacionalidade é um ato fundacional ou de refundação do Estado, a circunscrever a *unidade na diversidade* em um outro projeto político de País. Não obstante, é preciso considerar que na maior parte do continente latino-americano – Brasil, México, Argentina, Uruguai, Colômbia e Chile, Nicarágua, El Salvador, República Dominicana – o Estado Ajustador permanece dominante, em meio às lutas democráticas a pressionar o Estado com maior ou menor intensidade. Veja-se que tal dominância do Estado Ajustador ocorre mesmo em governos progressistas, considerados no âmbito da *virada à esquerda*, como é o caso do Brasil, da Argentina e do Chile...

Avançando nas indicações para análise do Estado, no presente, um fenômeno central que se nos impõe é o que, hoje, proclama-se como *Regresso do Estado*. Em verdade, esse regresso significa volta ao centro da cena pública, com o reconhecimento de *ser o Estado solução, não problema*, como apregoava o credo neoliberal, ao demonizar o Estado como fonte de todos os males. Logo, este “regresso do Estado” revela um momento de crise na “era do



Neoliberalismo”, indicando mudanças significativas.

A crise global de 2008 evidencia, com clareza, esse regresso do Estado na defesa dos interesses do capital. De fato, na rasteira da crise, o Estado, em diferentes países centrais, assume o controle direto de uma parcela considerável do sistema financeiro, fazendo, assim, o *impensável acontece*: a nacionalização, como bem destaca Boaventura de Sousa Santos, em artigo publicado no curso destes acontecimentos que surpreenderam o mundo tal intervenção do Estado bem define a sua condição de *pré-requisito para conversão do sistema do capital num sistema dotado de viabilidade para a sua reprodução*, no dizer de István Mészáros.

Coloca-se, então, como questão central: *que Estado é este que hoje regressa?* Ao mergulhar na História, tem-se diferentes modos de regresso do Estado, podendo-se, na contraditoriedade de formas estatais, delinear alguns traços:

- Estados burocráticos de concorrência que assumem a defesa do capital mundializado, no exercício do neoprotecionismo” ao capital financeiro;
- Estados plurinacionais democrático-participativos no reconhecimento da existência de diferentes nações, com distintos universos simbólicos a circunscrever a *unidade na diversidade*. O Estado mantém a sua centralidade, mas perde a configuração homogênea de *Estado Nação*, não detendo mais a exclusividade do nacional, em uma ruptura com a colonialidade. E a refundação do estado em um ato de de pós-colonialidade;
- Estados que atuam na interpenetração de escalas locais, nacionais e transnacionais. A rigor, são escalas que se reconfiguram a impor novas dinâmicas estatais.

Em verdade, o regresso do Estado, no contexto do presente em suas distintas expressões históricas, é eminentemente contraditório, com efetivas mudanças na relação entre, o econômico e o político, entre o público e o privado, entre o Estado e a sociedade civil, encarnando transformações institucionais em conexões contemporâneas de tempo/espaço.

Essa contraditoriedade nas expressões estatais, nesse seu regresso ao centro da cena política, permite visualizar o *Estado como espaço de disputa entre dois polos: o mercantil*, a encarnar os interesses do capital de mercantilização de

todas as relações sociais e o *público societal* a consubstanciar a perspectiva da Democracia de universalização de direitos, na afirmação do reconhecimento da igualdade e da diferença. Avaliar essa disputa entre o polo mercantil e o polo público é uma das vias investigativas que se impõe na análise do Estado na contemporaneidade, contemplando configurações históricas distintas. Uma das expressões, por excelência, de tal embate são as Políticas Públicas em seus delineamentos no contexto do presente.

3. Delineamento das políticas públicas no contexto do presente

Nessa confluência contraditória entre Estado Ajustador e Estado Democrático participativo, mais precisamente, nesta disputa entre o mercantil e o público, o *que revelam as Políticas Públicas no contexto do presente? Quais os seus delimitamentos básicos neste cenário do nosso tempo de mundialização do capital e acirramento de contradições, de crise do neo-liberalismo, de emergência de contrahegemonia e processos de refundação do Estado?*

São estas vias investigativas que se impõem ao debate coletivo. No esforço de delinear referências analíticas, cabe circunscrever determinadas *marcas contemporâneas* que se afirmam de forma dominante:

- As Políticas Públicas dos Estados Ajustadores voltam-se para garantir a reprodução do sistema do capital, viabilizando condições para os seus processos de acumulação;
- Vivencia-se, no tempo presente, processos de destituição e desconstrução de direitos que assumem uma dupla dimensão: a erosão real dos direitos e a erosão simbólica da própria noção de direitos e das referências pelas quais os direitos podem ser formulados como tal;
- O Estado Ajustador, sob a égide da lógica da mercantilização e do poder burocrático, efetiva o desmonte dos sistemas de proteção social, minando a perspectiva de políticas universais de ampliação de direitos. No caso europeu, tem-se o desmonte de sistemas instituídos, como maior ou menor amplitude.

São expressões emblemáticas de tal desmonte a destituição progressiva do direito do trabalho e do sistema de proteção ao trabalhador, bem como a política de intolerância com a emigração e os imigrantes. Especificamente na América Latina, a considerar os processos de reconhecimento tardio de direitos sociais, no último quartel do século XX – *regula ção social tardia*, na análise de Aldáisa Sposati – o desmonte se dá pela não viabilização de sistemas amplos de seguridade social, constituídos legalmente, a partir das lutas sociais, verificando-se, assim, um descompasso entre o legal e o real;

- Reconfiguração das Políticas Sociais que se voltam para a inserção social, neste contexto de vulnerabilidade e flexibilização do mundo do trabalho e desmonte de direitos.

Em meio a estas marcas contemporâneas dominantes, gestadas nos circuitos de expansão mundializada do capital, nos marcos do neoliberalismo, vem emergindo *tendências* que apontam para *mudanças* nos delineamentos das Políticas Públicas, em meio às lutas emancipatórias de movimentos sociais, no sentido da democratização participativa do Estado, fundada na dialética política do reconhecimento da igualdade/diferença. Nessa perspectiva de mudança na configuração das Políticas Sociais, destacam-se experiências da *Bolívia, da Venezuela, do Equador e mais recentemente do Paraguai*, no âmbito dos processos de refundação do Estado. De fato, neste quatro países, que estão na linha de frente do que podemos chamar *governos de esquerda*, efetivam-se, hoje, uma ampliação das Políticas Sociais, de caráter redistributivo, com a viabilização de direitos sociais fundamentais para maiorias tornadas invisíveis e silenciadas nos percursos do colonialismo e excluídas, desconsideradas, em meio à homogeneização dos chamados Estados Nacionais. Nos processos de transformação em curso, os Estados da Bolívia, Venezuela e Equador assumem a estratégia política de alocar recursos provenientes das riquezas naturais – petróleo, gás, minérios – em programas sociais amplos para estas maiorias excluídas, viabilizando reivindicações históricas dos movimentos

sociais. É o reconhecimento de direitos indígenas, de direitos comunitários dos povos originários, como exigência da descolonização da América Latina. Especificamente, a Venezuela avança em políticas que encarnam direitos trabalhistas: incorporação de todos os trabalhadores à Previdência Social; diminuição da jornada de trabalho de oito para seis horas, em uma tentativa de absorver o desemprego e garantir maior disponibilidade do trabalhador para a participação política, para a cultura, para o lazer. Assim, na América Latina estão em construção políticas alternativas ao neoliberalismo, na perspectiva da universalização de direitos. A rigor, tais experiências latino-americanas demarcam uma tendência emergente universal no âmbito de modelos pós-neoliberais. Assim, é preciso avançar na reflexão do padrão dominante das Políticas Públicas no âmbito do Estado Ajustador que é a configuração estatal dominante, neste início do século XXI, mesmo no continente latino-americano.

Neste sentido, cabe incidir um olhar específico sobre as políticas sociais, face ao acirramento das desigualdades e as reconfigurações da pobreza que se amplia e se agrava. Neste olhar delinea-se uma questão fundante: a *concepção* e a *perspectiva de enfrentamento da pobreza encarnados em tais políticas*. É preciso atentar para uma mudança de concepção e de perspectiva das políticas sociais em relação a pobreza: o deslocamento da pobreza, como questão pública, no campo dos direitos para um problema emergencial, no campo das urgências, a ser administrado e gerido para assegurar mínimos sociais. É este um deslocamento que se efetiva no âmbito do Estado que ajusta e ajusta-se à ordem do capital, implementando políticas de cunho neoliberal. O neoliberalismo destitui a lógica dos direitos e impõe a lógica das carências e da urgência. O Estado é interpelado pela pressão da urgência, no sentido de buscar alternativas para a administrar a pobreza.

É neste âmbito de discussão que, hoje, configura-se a polêmica das Políticas Sociais compensatórias, sendo exemplar o caso do Programa Bolsa Família, no Brasil. O Estado Brasileiro, no governo Lula, para atender à pressão



da urgência da pobreza e da miséria, vem desenvolvendo este Programa Social de grande amplitude, destinado aos milhões de brasileiros e brasileiras mergulhados na pobreza e na indigência. De fato, este programa – considerado uma política compensatória – tem um impacto na vida da população pobre, permitindo-lhe o acesso a mínimos sociais. No entanto, questiona-se este enfrentamento da pobreza no âmbito da carência, fora do campo dos direitos, colocando em xeque o potencial de emancipação de tal política. É esta uma polêmica em aberto!...

Por fim, circunscrevo um dilema contemporâneo: *enfrentar desigualdades sociais que se acirram e se complexificam no cenário contemporâneo, no âmbito do Estado via Políticas Públicas*. Este dilema coloca em questão o próprio Estado nas suas configurações contemporâneas. E a experiência latino-americana hoje nos ensina: *é uma exigência histórica refundar o Estado, colocar a própria autonomia e fisionomia burocrática do Estado como problema político*, com apoio na força dos movimentos das lutas sociais. É o que diz o dirigente da Coordenação Andina de Organizações Indígenas (CAOI), Miguel Palacín atualmente, um dos pilares mais representativos da luta pelos direitos dos povos indígenas: *“Estamos em incidência para mudar as políticas de Estado, para mudar os governos, para implementar políticas públicas e para mobilizar. E para dizer ao mundo que existem outras formas de fazer políticas, há outro Estado que se pode construir e esse outro mundo está nos povos e é possível”* Miguel Palacín.

